

DECLARAÇÃO SOBRE ACUMULAÇÃO OU NÃO DE RENDIMENTOS
(TETO REMUNERATÓRIO CONSTITUCIONAL)
(SERVIDORAS(ES) OU MEMBROS DO PJGO EM ATIVIDADE)

atualizada em 21/7/2025 (MFRB)

Nome social (caso se identifique como trans, travesti ou transexual, tendo em vista o disposto na Resolução CNJ nº 270/2018):

Atenção: Poderá ser solicitado(a) o preenchimento do registro civil, quando necessário ao interesse público ou à proteção de terceiros, conforme Resolução CNJ nº 625/2025. Nesta hipótese o processo passará a correr em caráter sigiloso.

Registrada(o) civilmente como:

Matrícula:

E-mail:

Telefone(s) de contato com DDD:

Ocupa cargo de provimento efetivo ou em comissão no Poder Judiciário do Estado de Goiás ou encontra-se cedida(o) a este Poder, sem ônus para o órgão de origem?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
É membro do Poder Judiciário do Estado de Goiás?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

Considerando o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, no art. 92, XII, da Constituição do Estado de Goiás e nas Resoluções CNJ nº 13/2006 e nº 14/2006 e suas respectivas alterações, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE nº 606358, do RE nº 602584, do RE nº 612975, do RE nº 602043, do RE nº 609381 e do RE nº 675978, todos com repercussão geral reconhecida, **DECLARO**, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), que:

1ª declaração:

☐ **NÃO ACUMULO** cargos públicos - (campo destinado ao preenchimento por servidora pública ou servidor público).

☐ **PERCEBO** remuneração em decorrência da acumulação lícita de cargos públicos (art. 37, XVI, da Constituição Federal), porém, tal situação **NÃO** resulta em excesso do teto remuneratório constitucional, considerado em relação à cada remuneração percebida, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza (campo destinado ao preenchimento por servidora pública ou servidor público).

2ª declaração:

☐ **NÃO PERCEBO** proventos, pensões e/ou outra espécie remuneratória cumulativamente com a remuneração (servidora pública ou servidor público) ou com o subsídio (membro do Poder Judiciário do Estado de Goiás) percebido do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

DECLARAÇÃO SOBRE ACUMULAÇÃO OU NÃO DE RENDIMENTOS
(TETO REMUNERATÓRIO CONSTITUCIONAL)
(SERVIDORAS(ES) OU MEMBROS DO PJGO EM ATIVIDADE)

atualizada em 21/7/2025 (MFRB)

[☐] **PERCEBO** proventos, pensões e/ou outra espécie remuneratória cumulativamente com a remuneração (servidora pública ou servidor público) ou com o subsídio (membro do Poder Judiciário do Estado de Goiás) percebido do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, porém, tal situação **NÃO** resulta em excesso do teto remuneratório constitucional, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Discrimine os demais rendimentos porventura acumulados e exiba fotocópia dos contracheques atuais:

Órgão/Entidade		Data de início		Código do rendimento (tabela abaixo)
Código dos rendimentos				
1	Cargo ou emprego público efetivo	4	Pensão estatutária civil ou militar	
2	Cargo em comissão ou função por encargo de confiança	5	Subsídio	
3	Proventos de aposentadoria ou reforma	6	Outro tipo de rendimento	
Especifique o outro tipo de rendimento (código 6), se for o caso:				
<div></div>				

Declaro, ainda, estar ciente da obrigatoriedade de apresentar cópia do contracheque quando sobrevier alteração do valor usualmente recebido ou o pagamento de valores atrasados ou referentes a exercícios anteriores, bem como comunicar imediatamente o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás sobre a percepção posterior de rendimentos oriundos de fontes pagadoras não declaradas acima.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que surta os seus efeitos legais.

, de de .

Assinatura da(o) declarante
(pode ser feita eletronicamente no ambiente do PROAD, caso tenha acesso)